

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 24.286.195/0001-46
Belo Horizonte - MG



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

| | Capital Social | Reservas de Lucros | | Lucros Acumulados | Total |
|--|----------------|--------------------|--------------------|-------------------|----------------|
| | | Reserva Legal | Retenção de Lucros | | |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 | 113.499 | 2.372 | 14.554 | | 130.425 |
| Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2017 (R\$0,1282 por ação) | - | - | (14.554) | - | (14.554) |
| Resultado do Exercício | - | - | - | 30.830 | 30.830 |
| Dividendos Intermediários (R\$0,1333 por ação) | - | - | - | (15.131) | (15.131) |
| Destinação do Lucro Proposta à AGO: | | | | | |
| Reserva Legal | - | 1.542 | - | (1.542) | - |
| Dividendos Adicionais Propostos (R\$0,1247 por ação) | - | - | 14.157 | (14.157) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 | 113.499 | 3.914 | 14.157 | | 131.570 |
| Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2018 (R\$0,1247 por ação) | - | - | (14.157) | - | (14.157) |
| Resultado do Exercício | - | - | - | 31.712 | 31.712 |
| Dividendos Intermediários (R\$0,1144 por ação) | - | - | - | (12.985) | (12.985) |
| Destinação do Lucro Proposta à AGO: | | | | | |
| Reserva Legal | - | 1.586 | - | (1.586) | - |
| Dividendos Estatutários (R\$0,0183 por lote de mil ações) | - | - | - | (2.078) | (2.078) |
| Dividendos Adicionais Propostos (R\$0,1327 por ação) | - | - | 15.063 | (15.063) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | 113.499 | 5.500 | 15.063 | | 134.062 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1 de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Camargos S.A., sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A empresa é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.844/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Camargos da Cemig GT para a Cemig Geração Camargos S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 11/2016 – MME, ocorrida em 09 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Camargos possui 46 MW de potência instalada e 21 MW médios de Garantia Física. Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Camargos, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020, conforme Resolução Homologatória ANEEL 2.587/19. Cerca de 30% da garantia física da empresa foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL, tendo atualmente como cliente a empresa Cedro e Cachoeira, com contrato até dezembro de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 13 de maio de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e Revendedores (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 6 – Ativos Financeiros da Concessão;
- Nota 7 – Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 12 – Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R2). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto do arrendamento durante o prazo de sua vigência (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia fez a análise da aplicação inicial do CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotou as isenções previstas na norma para

arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. A Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado e, portanto, em consonância com os requerimentos do CPC 06 (R2), não reapresentou informações e saldos em base comparativa.

A Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2), com base nos seguintes contratos que contêm arrendamentos:

- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.
- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados nas operações.

A Companhia considera o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial do CPC 06 (R2), sendo os impactos dessa adoção em 1º de janeiro de 2019 apresentados a seguir:

| | 01/01/2019 |
|--|------------|
| Ativo - Direito de uso | 207 |
| Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais | 207 |

ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação entrou em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou a interpretação a partir desta data e analisou os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda.

A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia tiveram alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

2.6. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Consumidores e Revendedores

As contas a receber de Consumidores e Revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2019, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

d) Receita Operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determinados, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

e) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2019 | 2018 |
|---|------------|--------------|
| Contas Bancárias | 58 | 3 |
| Aplicações financeiras | | |
| Certificados de Depósitos Bancários – CDB | 69 | 67 |
| Operações Compromissadas | 431 | 1.831 |
| TOTAL | 558 | 1.901 |

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que foi de 88,5% em 2019 (75% em 2018) conforme operação.

As operações compromissadas consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em 4,39% em 2019 (6,39% em 2018).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | 2019 | 2018 |
|--|--------------|--------------|
| Aplicações Financeiras Circulante | | |
| Letras Financeiras - Bancos | 7.637 | 3.488 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 1.115 | 2.037 |
| Debêntures | 37 | 300 |
| | 8.789 | 5.825 |
| Não Circulante | | |
| Letras Financeiras - Bancos | - | 774 |
| Debêntures | 22 | - |
| | 22 | 774 |
| | 8.811 | 6.599 |

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre 101,95% e 113% do CDI em 2019 (entre 102% e 111,25% em 2018).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre 108,25% e 113% do CDI em 2019 (entre 104,25% e 151% em 2018).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 16 destas Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

| Classe de Consumidor | Saldos a Vencer | | | Saldos Vencidos | | Total |
|---------------------------------|-----------------|--------------|-----------------|-----------------|--------------|-------|
| | Não Faturado | Até 90 dias | 91 até 360 dias | 2019 | 2018 | |
| Fornecimento Industrial | 803 | 1.137 | 270 | 2.210 | 1.626 | |
| Suprimento a Outras | - | - | - | - | - | |
| Concessionárias | 2.169 | 17 | 6 | 2.192 | 2.252 | |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | - | - | - | - | 66 | |
| Total | 2.972 | 1.154 | 276 | 4.402 | 3.944 | |

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas a UHE Camargos, cuja concessão pertencia a própria Cemig GT.

Em junho de 2016 a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão da UHE Camargos para a Cemig Geração Camargos – S.A., Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelos próximos 30 anos. Em 2016 a energia foi toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física – (“CGF”) ou “regime de cotas”. Desde janeiro de 2017 a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre – (“ACL”).

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

| | 2019 | 2018 |
|--|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 120.452 | 116.710 |
| Recebimentos | (13.888) | (13.387) |
| Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga | 17.022 | 17.129 |
| Saldo final | 123.586 | 120.452 |
| Circulante | 13.382 | 12.952 |
| Não Circulante | 110.204 | 107.500 |



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202005262305270122.